PROJETO DE LEI Nº, DE 2012.

(DO SR. Manato)

Acrescenta § 5º ao artigo 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, para excluir como beneficiário de pensão por morte o dependente que cometeu, tentou ou participou de crime de homicídio doloso contra o segurado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o § 5º, do artigo 16, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para desconsiderar como dependente do segurado, para fins de percepção de pensão por morte, aquele cuja participação foi comprovada em crime de homicídio doloso praticado contra o segurado.

Art. 2º Acrescente-se o § 5º ao artigo 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a seguinte redação:

“Art. 16

I-.....

II -.....

III -.....

§ 1º.....

§ 2º.....

§ 3º.....

§ 4º.....

§ 5º Será excluído da condição de dependente quem houver sido autor, co-autor ou partícipe de homicídio doloso, ou tentativa deste, cometido contra a pessoa do segurado.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A pensão por morte tem fundamento tanto na Constituição Federal, em seu artigo 201, inciso V, como nos artigos 74 a 79 da Lei nº 8.213/91, e artigos 105 a 115 do Decreto nº 3.048/1999.

Conforme se depreende do teor do artigo 16 da Lei nº 8.201/1991, são beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes da primeira classe do segurado, o cônjuge, o(a) companheiro(a), o filho ou o irmão não emancipado menor de 21 anos ou que seja inválido ou tenha deficiência mental ou intelectual, os pais, bem como as pessoas que são equiparadas ao filho do segurado, como enteado ou tutelado.

Dispõe, ainda, o § 1º do artigo 16, que a existência de dependentes das classes supracitadas exclui do direito às prestações os das demais classes. Os pais do segurado que comprovarem dependência econômica, por exemplo, são considerados beneficiários de segunda classe.

Já na terceira classe encontramos os irmãos menores de 21 anos, desde que não sejam emancipados e comprovem a dependência econômica, assim como os irmãos inválidos que comprovem a dependência econômica e sejam devidamente avaliados por perícia do INSS.

Aduz o artigo 1.814 do Código Civil brasileiro, que os herdeiros ou legatários são excluídos da sucessão quando “*houverem sido autores, co-autores ou partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente*”. Assim, a presente proposição busca preencher a lacuna existente na legislação previdenciária em decorrência da impossibilidade de aplicação analógica da lei civil.

Considerando que o ordenamento jurídico pátrio protege a vida e a boa-fé objetiva, imputando o ato do homicídio como um dos crimes mais graves do Código Penal brasileiro, e permitindo a exclusão do homicida do recebimento da herança do *de cujus*, através do instituto da indignidade, certamente o legislador não teria o interesse de se silenciar propositadamente sobre o assunto.

Em especial, devemos nos atentar ao fato de que a Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis para a manutenção de suas vidas, não podendo haver aumento indiscriminado de beneficiários, sob pena de gerar-se um desequilíbrio atuarial de todo o sistema.

Por todas essas razões, entendemos justa e oportuna a iniciativa que ora empreendemos, e contamos com o apoio dos nobres pares para o aperfeiçoamento e conseqüente aprovação da presente proposição das ações

Sala das Sessões, em de de 2012.

Deputado Federal **MANATO – PDT/ES**